



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 04/25

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 18 DE
SETEMBRO DE 2025**

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre da Junta de Freguesia de Alcochete, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelpes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ana Lúcia Felgueira Maduro, Diogo da Silva Mourão, Mafalda de Almeida Catalão, José João Pereira Tavares e João Agostinho da Costa Carapinha Espiga.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Álvaro Jacinto Costa, Ana Cristina Tavares de Almeida Brandão, Rui Miguel da Silva Mortal e Helena Paula Menezes Batista.

Pelo Partido Social Democrata:

- Andreia Patrícia Silva e Sousa.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Maria Manuel da Costa Maduro, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, Joel Francisco da Piedade Rodrigues, presidente da Junta de Freguesia do Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

Pelo Partido Socialista:

- Ricardo Alexandre Gomes Loureiro, por motivos profissionais, tendo sido substituído por Elisa Beatriz de Jesus Massaroca e José Luís Nunes Catalão, por motivo de se encontrar ausente do país, tendo sido

substituído por Inês dos Santos Seabra, dado as indisponibilidades de Rui Manuel Rodrigues Silva, por motivos pessoais e de ausência do concelho e Milton dos Santos Marques Alcaide, por motivo de se encontrar ausente do concelho por motivos profissionais (Documentos anexo à Minuta da Ata).

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Patrícia Pinto Felizes Figueira por motivos de ordem profissional, tendo sido substituída por Jorge Manuel de Sousa Sinquenique, em função das indisponibilidades de Nelson Roberto Nery Pinto, Joana Mafalda Gabriel Santos Nicolau, Fernando Martinho de Sousa Correia e Ana Mafalda Boieiro Marques, todos por razões de ordem profissional. Faltou também Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves, igualmente por motivos de ordem profissional, tendo sido substituído por José Paulo Ribeiro Sena, em função das indisponibilidades, por razões profissionais de Alexandra Isabel da Silva Braz e Maria da Conceição Falcato Seixal (Documento anexo à Minuta da Ata).

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o senhor presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, as senhoras vereadoras Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e Ana Sofia Madeira Maduro e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Jorge Manuel Pereira Giro e Pedro Jorge Marcelino Ferreira.

Faltou à sessão o senhor vereador Dário João Ferra Moura, por motivos profissionais (Documento anexo à Minuta da Ata).

Seguidamente, o senhor presidente deu conhecimento dos pedidos de renúncia de mandato apresentados pelo senhor Fernando Manuel Teles Brandão, em 20 de junho de 2025 e pelo senhor Nuno Filipe Folgado Valente, apresentado em 17 de setembro de 2025. Face ao exposto, a 17 de setembro

de 2025 procedeu-se à convocação formal, através de ofício, da cidadã imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Chega (eleição dos órgãos das autarquias locais ocorrida no dia 26 de setembro de 2021), a senhora Sofia Reis Giro para substituição dos mesmos, tendo a mesma apresentado justificação para a sua ausência, por motivos de saúde (Documentos anexo à Minuta da Ata).

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MUNICÍPES

Não se registaram intervenções.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto este período, o presidente da Assembleia Municipal informou que o ponto 6 da Ordem do Dia foi retirado, dado que o assunto requer alterações por parte da Câmara Municipal.

Ao abrigo da alínea c), do artigo 20.º do Regimento da Assembleia Municipal, o presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão as seguintes atas:

- **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 17 de abril de 2025**

Submetida à discussão e votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

Não votaram: Elisa Beatriz de Jesus Massaroca, Inês dos Santos Seabra e José Paulo Ribeiro Sena, por não terem estado presentes, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento do Administrativo.

- **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 20 de junho de 2025**

Submetida à discussão e votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

Não votaram: João Manuel Fernandes dos Santos, José Paulo Ribeiro Sena e Andreia Patrícia Silva e Sousa, por não terem estado presentes, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento do Administrativo.

Ao abrigo da alínea d), n.º 2, do artigo 20.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:

- Rui Mortal, bancada da CDU

Dado ter conhecimento através das redes sociais da existência de uma onda de assaltos no Samouco e mais recentemente na freguesia de Alcochete, nomeadamente no Canto do Pinheiro, questionou se o executivo camarário tem conhecimento do que aconteceu e se houve danos para alguém.

Dado também ter conhecimento através da transmissão de uma Reunião de Câmara, no período de intervenção do público, que um funcionário da autarquia, no horário de serviço prestava serviços noutro local, nomeadamente num restaurante da vila de Alcochete, perguntou se o executivo camarário tinha conhecimento da situação e, se sim, se tomou medidas.

Seguidamente, solicitou informação sobre o ponto e situação do projeto da Quinta da Coutadinha, em particular se o projeto se encontra em fase embrionária ou se numa fase avançada e qual o nome da empresa que irá promover o projeto.

- Jorge Sinquenique, bancada do CDS-PP

Referiu que a sua primeira questão se prendia com a Carris Metropolitana, no sentido de perceber se há previsão de introdução de mais carreiras e de

horários, sobretudo, entre as 06h30 e as 07h00, no sentido de São Francisco/Lisboa, bem como no período noturno, após a carreira das 23h55, sentido Lisboa/São Francisco, pois verifica-se que uma pessoa que saia do trabalho às 23h30, até chegar à Gare do Oriente, acaba por não apanhar essa carreira e ter que esperar pela próxima, via Montijo, chegando a casa, praticamente, duas horas depois de sair do trabalho.

Continuamente, questionou se a obra da rua da Liberdade e a obra da rua das Gaivotas, contempla substituição da rede de águas, uma vez que tem informação que a canalização dessas ruas ainda é de fibrocimento. Mais questionou se o estudo urbanístico da Quinta da Valbom, considera a requalificação do espaço.

– Ana Maduro, bancada do PS

Solicitou informação de como decorreu o início do ano letivo escolar no concelho de Alcochete.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Informou que uma parte da muralha do Cais do Samouco se encontra com um buraco de mais de um metro de largura, que é utilizado para colocar as âncoras dos barcos. Considera se não houver uma rápida intervenção, não demorará muito para que a parte direita do Cais caia para dentro de água, julgando que atualmente com uns sacos de cimento o problema se resolveria, contudo se se deixar avançar a situação, os custos serão mais elevados.

Solicitou o ponto da situação da obra do Parque de Merendas do Samouco, salientando que foram arrancadas árvores, plantadas novas, contudo considera que terá de haver uma remodelação nos espaços, nomeadamente, a criação de espaços verdes.

Alertou, novamente, para o facto do muro da parte norte e poente do Campo de Futebol do Samouco não se encontrar pintado, achando muito estranho só ter sido efetuada a pintura de duas partes, deixando outras duas partes sem pintura, sem manutenção, há cerca de 4 anos.

– Presidente da Câmara

Em resposta às questões colocadas pelo deputado Rui Mortal, nomeadamente sobre os assaltos, comunicou que teve conhecimento do assunto pelo senhor Comandante do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana, sendo que no Samouco, aconteceu algo estranho, pois foi alguém que durante duas ou três noites andou a abrir um conjunto de automóveis, rebuscando o interior dos mesmos, mas não concretizando nem o roubo da viatura, nem o roubo de bens que tivesse no interior das mesmas. Quem cometeu as infrações foi um morador do Samouco, com cerca de 30 anos, português, tendo sido detido para identificação e de acordo com a Lei, foi solto, imediatamente, a seguir. Em Alcochete, foi um indivíduo embriagado, de nacionalidade estrangeira que estava a passar férias em casa de familiares, que atirava o chinelo que tinha calçado às viaturas que passavam. A G.N.R. foi chamada ao local e a pessoa foi identificada.

Transmitiu que o Relatório Anual de segurança Interna, dá nota que a criminalidade no distrito de Setúbal, face ao período homologo reduziu 5,1%. O relatório tem o cuidado de distinguir a criminalidade geral da criminalidade violenta, mas mesmo esta desceu 6,3%, face ao período anterior. Acrescenta ainda que no *ranking* do distrito, o concelho de Alcochete é o município com menor criminalidade. Registou no ano transato, 606 casos. Imediatamente a seguir está Alcácer do Sal com 615, o Montijo com 2324, Palmela com 2493 e Setúbal com 4223 casos. Ainda de acordo com este relatório, Alcochete é um dos concelhos mais seguros da região de Lisboa e do país.

Relativamente à intervenção de um munícipe, efetuada em reunião de câmara, no Período de Intervenção dos Municípes, acerca de um funcionário da

autarquia que durante a hora do almoço, prestava serviço num restaurante do concelho, informou que desconhecia a situação, mas no sentido de apurar a questão, solicitou à dirigente dos Recursos Humanos que fosse elaborado um levantamento para aferir da denúncia efetuada, estando a aguardar, até ao momento, esclarecimentos.

No que concerne ao Plano de Pormenor da Coutadinha informou que a empresa que está a desenvolver o plano é um dos maiores gabinetes de arquitetura, o gabinete de arquitetos de Miguel Saraiva. Quanto ao falar especificamente do Plano de Pormenor, mencionou que era extemporâneo estar no momento a discutir um plano que está em construção, com um conjunto de ideias que visam dotar o concelho de Alcochete de maior qualidade de vida, equipado com um conjunto de serviços públicos que fazem falta, um terminal rodoviário, um complexo universitário, edifícios destinados à saúde, quicá, um hospital, clínicas públicas ou privadas, mas que está longe de estar encerrado. Realçou que será um plano que será partilhado com todos os membros da assembleia municipal, e que será ser alvo de discussão, de análise, bem como de consulta pública.

No que diz respeito às questões colocadas pelo deputado Jorge Sinquénique, nomeadamente quanto à Carris Metropolitana, referiu que não se recorda da última reclamação que lhe chegou acerca desta empresa, sendo que ao senhor vereador Pedro Lavrado também não lhe tem chegado reclamações. Considera que se o serviço está outra vez a derrapar, pelo que os munícipes devem reclamar junto dos órgãos competentes, lembrando que a câmara municipal está também disponível para receber essas reclamações. Lembrou que a competência da Carris Metropolitana, é dos Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML), que estão integrados na Área Metropolitana de Lisboa. A TML ainda se mantém em vigor porque os presidentes de Câmara que compõem o Conselho Metropolitano da Área Metropolitana de Lisboa, entenderam que se estando a chegar ao final de um ciclo político, não fazia sentido tomar medidas relativamente a essa matéria.

A sua opinião é que esta é uma matéria que influi no quotidiano da população, na vida das pessoas, do ponto de vista profissional e familiar, pelo que todos os dias se debate por estes assuntos, em sede própria no Conselho Metropolitano. Há cerca de um mês, no último Conselho Metropolitano, foi o único presidente de câmara que se preocupou com uma notícia que saiu nos órgãos de comunicação social, nomeadamente o Observador e Jornal “O Público” que dava nota da má higiene das viaturas. Na altura, o senhor Primeiro-secretário desmentiu essa notícia, dizendo que não correspondia à verdade, tendo a Área Metropolitana de Lisboa exercido o direito de resposta, junto da comunicação social, desmentindo as notícias. Afirmou que se preocupa com aquilo que prejudica a vida da população do concelho de Alcochete, adiantando que todos podem contar com a sua voz e com a sua reivindicação, para que este serviço seja melhorado.

Quanto às obras da rua da Liberdade e da rua das Gaivotas, informou que desconhecia se as infraestruturas de subsolo, nomeadamente aquelas que centram a água potável, eram de fibrocimento, contudo essa questão não interfere com a obra, porque essa infraestrutura encontra-se ao nível dos passeios e não ao nível da respetiva estrada.

Em relação, à questão colocada sobre o Parque Valbom, transmitiu que relativamente ao Albergue da Juventude já existe um projeto de requalificação, com uma estimativa orçamental de €1.500.000,00, contudo foram dadas prioridades a outras questões, como por exemplo, construção de habitação social, outros projetos inerentes às ações integradas das comunidades desfavorecidas, às escolas e outros, pelo que ainda não foi possível efetuar essa requalificação.

No que concerne ao espaço onde esteve instalada a escola provisória aquando da requalificação da Escola Básica do Valbom, informou que o espaço está a ser alvo de um projeto para construção de habitação a rendas acessíveis. A habitação é uma competência do Estado, o Estado tem a obrigação de proporcionar a todos uma habitação digna, mas a Câmara Municipal de

Alcochete tem a consciência que o Estado não pode fazer tudo, pelo que irá dar uma resposta acerca dessa matéria, estando, neste momento, a ser desenvolvido um projeto para a construção de três prédios que visam servir de renda acessível.

Respeitante ao Parque Valbom, mencionou que pontualmente são efetuadas intervenções, existindo um conjunto de ideias e projetos para implementar, nomeadamente na parte mais desportiva do parque, mas não existe nenhum estudo preparado para o efeito.

Quanto às questões colocadas pelo deputado Álvaro Costa, referiu que desconhecia a situação da muralha do Cais do Samouco e não obstante o facto da reparação da muralha ser da competência do Porto de Lisboa, se for uma situação que a autarquia possa resolver, assim fará para o problema não perdurar no tempo.

Relativamente ao muro do Campo de Futebol do Samouco, informou que, lamentavelmente, o muro não foi todo pintado, porque do ponto de vista orçamental, só foi possível efetuar aquilo que foi feito. Salientou que o Complexo Desportivo da Quinta da Praia está longe de estar terminado, as intervenções efetuadas foram realizadas por fases, desde a implementação do sistema de rega, a colocação de relvado sintético, impermeabilização e requalificação da bancada e pintura dos muros. Os balneários necessitam de intervenção, que a seu tempo serão requalificados e a autarquia está a elaborar um projeto para substituição das torres de iluminação, substituindo-as por LED's.

Em relação ao Parque de Merendas, comunicou que no momento já foram plantadas um conjunto de árvores, lembrando que as árvores que tiveram de ser arrancadas, foram na sequência de uma avaliação realizada por uma empresa idónea certificada quanto às questões fitossanitárias. Salientou que cada árvore que a câmara municipal abate, nasce seguramente mais de duas. Entre janeiro e setembro de 2025 foram plantadas mais de 1.000 árvores em

todo o concelho e as que tiveram de ser abatidas não chegaram a 50. O Parque de Merendas ainda vai estar em obra nos próximos meses, sendo a sua conclusão só no ano de 2026, mas no final terá prado de sequeiro, caminhos pedestres, mobiliário urbano e casas de banho, será um espaço valorizado para que as pessoas possam voltar a usufruir, como antigamente acontecia.

– Vereadora Maria de Fátima Maduro

Por solicitação do senhor presidente da câmara e com a devida autorização do senhor presidente da assembleia, para complementar a informação dada pelo senhor presidente, informou que esteve, acompanhada do senhor vereador Pedro Lavrado e técnicos da autarquia, a realizar uma visita técnica ao Campo de Futebol do Samouco, sendo que dessa visita resultou a conclusão de que não poderá haver intervenção nos balneários, enquanto a questão da bancada não estiver totalmente resolvida. Como o senhor presidente referiu foi efetuado um investimento na impermeabilização da bancada, contudo continuam a acontecer questões de infiltração grave dentro dos balneários. Uma solução apresentada é a colocação de uma pala para proteger a bancada, para depois se intervir dentro dos balneários.

No que diz respeito ao início do ano letivo, informou que o mesmo se iniciou no dia 15 de setembro de 2025 para os 3.280 alunos das 150 turmas do Agrupamento de Escolas de Alcochete, com menos 2 turmas no ensino secundário em relação ao ano anterior. Verifica-se a ausência de 12 docentes por motivo de doença, sendo que a direção do agrupamento já informou que as substituições já foram solicitadas e encontram-se a aguardar a colocação.

Na presente data existem 180 alunos do ensino pré-escolar e primeiro ciclo abrangidos pela ação social escolar, verificando-se um aumento de 13 alunos relativamente ao ano anterior. O município de Alcochete garantiu o acesso gratuito aos livros de fichas a 2.002. alunos que estão entre o 1.º, 2.º e 3.º ciclo de ensino básico do Agrupamento de Escolas de Alcochete. Relativamente aos

refeitórios escolares, transmitiu que todos os refeitórios são de adjudicação direta, isto é, as refeições são confeccionadas por funcionários da autarquia, continuando-se a verificar que 98% dos alunos do 1.º ciclo e do pré-escolar almoçam na escola. Em relação ao 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e Secundário, registou-se na primeira semana, um aumento do número de alunos em cerca de 21% em relação ao ano letivo anterior. A título de exemplo, no dia de ontem, foram servidas 411 refeições na Escola D. Manuel I e Escola Secundária de Alcochete. Relativamente às auxiliares de ação educativa, o rácio compreende a colocação de 93 e a autarquia neste momento emprega 131 assistentes operacionais auxiliares de ação educativa. Este rácio está acima porque o atual executivo entendeu que desta forma se presta um melhor serviço e porque, infelizmente, não está contemplado por parte do Governo o acompanhamento a crianças com necessidades educativas sociais, no início do ano letivo, dado que essas respostas chegam sempre muito tarde e cada vez mais existem crianças com necessidades educativas sociais que precisam de acompanhamento. E está-se a falar de um acompanhamento que não decorre só na componente letiva, que é a forma que o Ministério participa, é durante todo o dia, desde as 07h30 e até às 19h30. Neste momento, existem cerca de 10 baixas médicas, tirando as faltas pontuais e existem 2 licenças sem vencimento. Uma dessas licenças já está substituída. Das 10 baixas existem 10 lugares vagos, sendo que 3 já estão preenchidas, indo à próxima reunião de câmara a substituição das 7 vagas em falta.

Salientou que todos os dias é uma aventura abrir e fechar as escolas, porque as faltas dadas pelas auxiliares de ação educativa (que têm todo o direito de estarem doentes e de acompanharem os seus filhos doentes) criam muitos constrangimentos, existindo também funcionários em trabalhos moderados, que por isso não podem realizar todas as tarefas a 100%.

– Rui Mortal, bancada da CDU

Relativamente à Quinta da Coutadinha, salientou que lhe foi transmitido numa reunião que iriam ser construídas 4 torres de 12 andares e que para além do

projeto não estar terminado, já se encontrava numa fase muito avançada, pelo que o que pretende saber é se o projeto que o executivo municipal quer para Alcochete, se é um projeto que vai descaraterizar Alcochete e quais as medidas pensadas para mitigar os efeitos negativos, porque se estivermos a falar de 2.900 fogos, vão ser mais 5.000 carros a entrar em Alcochete e os acessos serão os mesmos.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Mencionou que a resposta à sua questão sobre os muros que não foram pintados no Campo de Futebol do Samouco, como sendo uma questão financeira é uma não resposta, porque se está a falar, possivelmente de €500,00 de tinta.

– Diogo Mourão, bancada do PS

Transmitiu que no dia de hoje fez um trabalho de pesquisa, onde constatou através do Instituto Nacional de Estatística (INE) que entre 2011 e 2021, Alcochete passou de 8.813 alojamentos de habitação clássicos, para 9.178, em 10 anos. Portanto, mais 365 alojamento, o que dá uma média de 36,5 alojamentos por ano. Assim, sendo para se chegar ao número de alojamentos que o deputado Rui Mortal refere, seriam precisos 80 anos, dado que as casas não nascem com um estalar de dedos.

Informou que no concelho de Alcochete existem cerca de uma dezena de Planos de Pormenor, dando como exemplo o Plano de Pormenor da Terra Nova do Samouco, que remonta a 2002 e que não tem um único fogo construído. O Plano de Pormenor da Quinta de Paços de Arcos, na Fonte da Senhora que remonta a 2008 que não tem um fogo construído, bem como o Plano Pormenor do Canto do Pinheiro que remonta a 2009, portanto, considera que o deputado Rui Mortal apenas pretende criar alarmismo, que para si não passa de um subterfúgio para aquilo que é a lenda eleitoral da CDU.

– Presidente da Câmara

No que concerne à questão do muro do Campo de Futebol do Samouco, informou que os mesmos seriam pintados no seguimento da Requalificação do Parque de Merendas, obra que se encontra em curso e será finalizada no ano de 2026, questionando se é efetivamente assim tão barato pintar os muros, porque o anterior executivo CDU não realizou a pintura dos mesmos quando esteve no exercício das suas funções.

Relativamente à questão da Quinta da Coutadinha, mencionou que já tinha explicado o que havia a explicar, considerando que a atitude do deputado Rui Mortal e da sua bancada é populista, com vínculo eleitoralista, sendo uma atitude que não tem fundamento, dado que o deputado não tem na sua posse documentação para concluir o que afirmou. A seu tempo a Assembleia Municipal terá oportunidade de apreciar esta matéria, dado que, atualmente, a ideia pensada ainda não foi remetida às entidades competentes para se pronunciarem. É um processo que está numa fase adiantada, contudo, está longe de estar concluído.

Informou que a empresa que está a desenvolver o projeto, do ponto de vista técnico é a empresa Saraiva Associados, sendo que o Plano Pormenor é a Câmara Municipal de Alcochete que está a desenvolver.

Asseverou que uma preocupação do atual executivo é garantir habitação a preços acessíveis aos jovens do concelho, porém a legislação no momento não permite se agarrar na habitação e poder destiná-la a rendas acessíveis, mas permite que a autarquia possa elaborar um Regulamento Municipal e se reger por esse documento e é isso que vai ser feito, delinear que pelo menos 20% das habitações que vão ser construídas na Quinta da Coutadinha se destinem a rendas acessíveis. E, assim, se for construído um prédio de 6 andares, sendo que cada fração tem lado esquerdo e direito, 20% desse prédio será destinado a rendas acessíveis.

- Presidente da assembleia

Mencionou que o deputado Rui Mortal quer tirar efeitos eleitorais da situação, sendo legítimo que o faça, contudo, ao escrever nas redes sociais: “Queremos torres de 12 andares em Alcochete? É o que o PS está a planear”, não é verdadeiro, pois se perguntar aos membros da assembleia do PS, só dois ou três deputados é que sabem falar sobre o assunto, os outros nem sabiam que o Plano Pormenor existia, pelo que dizer que é o PS que está a elaborar o Plano Pormenor não é verídico.

- Rui Mortal, bancada da CDU

Questionou o deputado Diogo Mourão se a anterior intervenção efetuada pela sua pessoa, era em nome pessoal ou em nome do PS.

- Diogo Mourão, bancada do PS

Perguntou se o texto colocado nas redes sociais pelo deputado Rui Mortal, era em seu nome ou em nome da bancada da CDU.

- Rui Mortal, bancada da CDU

Esclareceu que a sua intervenção era em nome da bancada.

- Presidente da assembleia

Clarificou que quando é colocada uma questão sobre um assunto que não se encontra plasmado na Ordem do Dia, que não apreciada pela bancada nas reuniões de preparação, o deputado que intervém dá a sua opinião, não se podendo pressupor que é a opinião de todos, porque é um assunto de momento.

- Rui Mortal, bancada da CDU

Se dirigindo ao senhor presidente da câmara, referenciou que quando é a bancada da CDU a preocupar-se e a informar a população, é considerado populismo, mas quando é o executivo camarário a fazer, é considerado preocupação.

– João Espiga, bancada do PS

Começou por informar que faz parte da Comissão do Ordenamento do Território, Urbanismo e das Atividades Económicas e que esteve presente na última reunião da Comissão em que foram apresentadas algumas situações, não como definitivas e onde presenciou o facto de o deputado Rui Mortal ter entrado mudo e saído calado. Todos os membros da Comissão fizeram perguntas para salvaguardar os interesses do município e o deputado Rui Mortal apenas se limitou a cumprimentar os restantes elementos e a despedir-se. Considera que era bastante oportuno nessa ocasião o mesmo ter interrogado sobre as questões que agora interroga, o que acha incompreensível

. Portanto isso, só o leva a concluir que colocar agora as questões, apenas se trata de uma medida eleitoralista.

Explicou que o ordenamento do território se refere a um conjunto de regras, planos e ações para gerir o uso e ocupação do solo, visando um desenvolvimento equilibrado e sustentável, afirmando que tem notado que o atual executivo, durante os seus mandatos, sempre teve um extremo cuidado relativamente à volumetria dos edifícios do núcleo de Alcochete e, como tal, só se pode tirar referências para o futuro que nos espera.

– Mafalda Catalão, bancada do PS

Mencionou que o deputado Diogo Mourão falou por ele, até porque não existe nenhum documento escrito da bancada, mas por acaso até concorda com o que foi dito pelo mesmo. Se por acaso a opinião ou aquilo que for dito por um

deputado do PS não for do acordo dos restantes deputados, cada um tem a liberdade de se manifestar.

Afirmou que o que lhe preocupa é o interesse e o bem-estar da população, independentemente da cor política, idade e estrato social, salientando que se juntou a este grupo do PS, porque pode expressar a sua opinião e dizer aquilo que pensa, sendo que nem sempre todos concordam com tudo. A sua preocupação não é onde foram gastos €500,00 de tinta para pintar um muro ou a execução de uma passadeira, como tem acontecido, perder-se muito tempo a discutir futilidades, não se discutindo o que realmente interessa para a população, como por exemplo, o problema da habitação que existe em Alcochete e no país, a crise económica e social que as pessoas vivem, a falta de emprego, o futuro dos jovens, as condições dos parques escolares ou as condições de saúde.

Considera que ao existir dúvidas, devia ser solicitado o agendamento de mais uma reunião ou para ser disponibilizada mais informação, não sendo para si na última assembleia municipal, antes das eleições, o local para discutir o tema. O pretendido é o cumprimento da Ordem do Dia, não é para se estar a discutir um assunto que neste momento é um não assunto, porque não foi distribuída informação por todos os membros e, por consequentemente, não se pode estar a discutir um assunto que não se conhece.

Acredita que não deverão estar projetados meia dúzia de torres, como foi dito, de 5 ou 6 andares, mas se assim for, certamente haverá infraestruturas, existirá um parque escolar, espaços verdes e equipamentos destinados à saúde.

Questionou o que é pretendido, se os jovens do concelho, os nossos filhos ou netos, continuem a viver em Alcochete ou se fazer que os mesmos vão viver para longe, porque não existe habitação e, assim sendo, é preciso planear o futuro e se o futuro trouxer discussão, se o Plano Pormenor originar discussão,

acha bem que todos o discutam, mas quando todos tiverem elementos para assim ser.

– Presidente da assembleia

Esclareceu que quem tem a competência final para aprovar o Plano de Pormenor é a assembleia municipal, portanto se na altura não concordarem com o mesmo, deverão dizer que não concordam, é não dizer agora e quando chegar a altura acobardarem-se, porque as diretrizes dos partidos assim o exigem. Caberá aos elementos da assembleia municipal, que poderão não ser os atuais, definir o que será o Plano Pormenor da Coutadinha. Se o projeto, nessa altura, não corresponder às ambições dos deputados da assembleia municipal, não é aprovado e câmara municipal reformula o mesmo.

– João Tavares, bancada do PS

Considera que se deverá falar do Plano Pormenor da Quinta da Coutadinha de uma forma real e não eleitoralista, não tendo dúvidas que o desenvolvimento do concelho de Alcochete irá passar pela construção de habitação, ainda para mais se o novo Aeroporto for construído no Campo de Tiro de Alcochete. E como o novo aeroporto vai avançar, é importante que se consiga ter as infraestruturas necessárias para a população do concelho, contudo, construir sem se perder a identidade de Alcochete, que não se condiz com grandes edificações.

O plano Pormenor da Quinta da Coutadinha, é um projeto que está a ser estudado, mas importante para toda a população, pelo que quando chegar à altura, a assembleia municipal deverá tomar a posição correta, tendo em conta os sentimentos dos alcochetanos, havendo uma questão mais importante que a construção de torres de 12 andares, que é a acessibilidade, pois não se quer que a rotunda do Entroncamento, passe a ser semelhante à rotunda das “Portas da Cidade” no Montijo

- Ana Lourenço, bancada da CDU

Tendo em conta o que foi dito, que o Plano de Pormenor da Quinta da Coutadinha, é um não assunto, questionou porque o assunto foi levado no dia de ontem à reunião da câmara municipal.

Mais perguntou ao senhor presidente da câmara, se bem ouviu no dia de ontem, o senhor presidente admitiu que iriam ser construídas torres de 12 andares, portanto, não sabe o porquê de o mesmo estar tão surpreso com esta questão estar a ser falada hoje.

Para si é um assunto e da mesma forma que podem acusar a bandada da CDU de populismo, também a mesma pode acusar a bancada do PS de demagogia quando falam em habitação a rendas acessíveis em tempo eleitoral.

- Presidente da assembleia

Esclareceu, que por aquilo que percebeu o que foi no dia de ontem a reunião de câmara, foi a prorrogação do prazo.

- Álvaro Costa, bancada da CDU

Considera o assunto importante, tanto que o município solicitou a reunião do grupo de trabalho que é constituído por representantes das demais bancadas.

- Presidente da assembleia

Interrompeu para informar que a reunião foi solicitada pela presidente da Comissão.

- Álvaro Costa, bancada da CDU

Asseverou assim, que a presidente da Comissão pediu a reunião por algum motivo, porque se não houvesse assunto, não solicitava o agendamento da reunião. No seguimento da reunião desenvolveu-se toda esta problemática, sendo que os representantes da cada bancada, integrados na Comissão, não vão para a reunião debitar o que pensam sobre o assunto. Vão ouvir e, possivelmente, discutir o assunto com os seus pares para depois falar sobre as matérias.

Pensa que um Plano Pormenor dentro do Plano Diretor Municipal (PDM) que tem de ser revisto, não pode ser retalhado aos bocados.

- Presidente da assembleia

Esclareceu que o PDM é diferente de um Plano Pormenor.

- Álvaro Costa, bancada da CDU

Clarificou que sabia distinguir um PDM de um Plano Pormenor, pois há 50 anos que exerce funções de semelhante natureza.

- Presidente da assembleia

Interrompeu o senhor deputado, pelo facto de considerar que o mesmo não estar a dizer coisas que correspondiam à verdade, afirmando que a Comissão reuniu para discutir o PDM e que o Plano Pormenor nada tem a ver com o PDM, portanto estar a dizer que a Comissão reuniu para discutir o Plano Pormenor, não corresponde à verdade.

- Álvaro Costa, bancada da CDU

Elucidou que o PDM é um documento orientador, onde se enquadram os Planos de Pormenor e outros planos, sendo que nenhum Plano pode contrariar o PDM. Considera que se a reunião era sobre o PDM, transformou-se depois

no Plano Pormenor da Coutadinha, onde o deputado Rui Mortal ouviu todas as afirmações sobre o Plano Pormenor, pelo que foi um assunto discutido, sendo que em reunião de câmara o assunto também foi debatido.

- Presidente da assembleia

Explicou que o assunto presente em reunião de câmara foi a prorrogação do prazo para realizar o plano.

- Presidente da câmara

Esclareceu que o que no dia de ontem foi levado a reunião de câmara tem a ver com o desenvolvimento do Plano Pormenor da Quinta da Coutadinha, cujo promotor do plano é a Câmara Municipal de Alcochete e a entidade que está a desenhar o plano do ponto de vista técnico é a empresa Saraiva Associados. O plano que está a ser desenhado vem na sequência da estratégia que resultou há alguns anos na autarquia, num apanhado que foi efetuado de um conjunto de diretrizes que o atual executivo entendeu por bem aproveitar.

Informou que o PDM é diferente de um Plano de Pormenor. O PDM que se encontra em vigor remonta a 1997, estando a autarquia a trabalhar na sua revisão, com a expectativa que até ao final do ano a mesma esteja pronta. No momento, as entidades estão-se a pronunciar relativamente à proposta apresentada pela câmara municipal, sendo que antes da consulta pública o PDM será apresentado e discutido em assembleia municipal.

Realçou que o PDM que se encontra em vigor prevê nas expansões urbanas do nosso território índices de utilização, que é como quem diz, índices de construção de 0,80, o que para si é um exagero. Portanto, quando a câmara municipal chamou a si a promoção da elaboração do Plano de Pormenor da Quinta da Coutadinha, delineou a estratégia de não ultrapassar os 0,65, sendo que de acordo com o trabalho que está a ser efetuado, o índice anda nos 0,63, estando assim longe do que o atual PDM prevê em relação a esta matéria.

Ressalvou que a sua preocupação quanto à questão da habitação social e das rendas acessíveis não é de hoje, já era uma preocupação aquando da elaboração da Estratégia Local de Habitação, salientando que o município está a descapitalizar o seu orçamento para dar dignidade a pessoas que vivem em condições indignas, sendo uma preocupação do atual executivo, a coesão social.

Afirmou que não seriam construídas torres de 12 ou 14 andares e pediu aos deputados para só se pronunciarem quando tiverem na sua posse a documentação final, quando tiverem algo de palpável para discutir, porque no momento não há nada para discutir, porque estar a discutir o assunto atualmente é apenas populismo, eleitoralismo. Neste momento, a necessidade maior que existe é a habitação, mas com isto não está a dizer que irá construir arranha-céus em Alcochete, até porque se trata de um projeto a longo prazo e de um projeto que atualmente não tem sequer os pareceres das entidades.

– Presidente da assembleia

Informou que só iria passar a palavra a quem já tinha pedido para intervir, por considerar que não se está a debater nada, apenas se está a criar ruído e confusão, bem como se está a desrespeitar os munícipes que se encontram em casa a assistir à emissão desta assembleia.

– Carla Pereira, bancada do PS

Começou por referir que era presidente da Comissão Permanente do Ordenamento do Território, do Urbanismo e das Atividades Económicas e que foi a sua pessoa que solicitou o agendamento da reunião, porque se está em final de mandato e era necessário fazer um balanço daquilo que foi efetuado no último mandato.

Informou que no início da reunião questionou o senhor presidente, nomeadamente sobre o estado da revisão do PDM e solicitou que o mesmo fizesse um balanço sobre as atividades económicas no concelho, não tendo sido convocada a reunião para se falar do Plano Pormenor da Quinta da Coutadinha. Na reunião o senhor presidente começou por fazer uma exposição sobre as atividades económicas do concelho, tendo nessa altura sido efetuadas várias perguntas que foram esclarecidas. Seguidamente, falou-se do PDM e a certa altura o senhor presidente mencionou: "...isto não tem nada a ver, porque é uma situação embrionária, que já vem do anterior executivo CDU, mas que o atual executivo achou por bem dar continuidade..." e então informou que o Plano de Pormenor da Quinta da Coutadinha estava a ser trabalhado, falando um pouco sobre o projeto, sendo que o deputado Rui Mortal, presente na reunião, não levantou nenhuma questão. Salientou que o Plano de Pormenor está inserido em terrenos de privados.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Referiu que quando o atual executivo pretendeu construir habitação a custos controlados e para pessoas desfavorecidas, a CDU esteve de acordo e sempre será de acordo, destacando que foi a CDU que terminou com as barracas no concelho.

Considera que a Comissão que trata de assuntos tão importantes, em quatro anos, apenas tenha reunido duas vezes, bem como, julga que deveria ter sido dado o *feedback* dessas reuniões à assembleia municipal, ou seja, a presidente da Comissão deveria ter realizado um pequeno relatório e apresentado à assembleia para todos os deputados terem conhecimento das matérias tratadas.

– Ana Luísa Lourenço, bancada da CDU

Quanto ao afirmado pelo senhor presidente da assembleia que se estava a desrespeitar os munícipes, julga que trazer um assunto à assembleia municipal

que seja em prol da população, não é desrespeitar os munícipes, considerando que desrespeitar os munícipes é quando alguém afirma uma coisa e depois recua nessa afirmação.

- Presidente da assembleia

Afirmou que a falta de respeito que se referiu, era pelo facto de estarem vários deputados a falar ao mesmo tempo, ou seja, interveio para pedir silêncio.

Posteriormente, ao abrigo da alínea f), do artigo 20.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:

- Elisa Massaroca, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Louvor “Coletividades do Concelho”:

«Os eleitos da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal vêm por este meio apresentar um louvar às diversas coletividades do concelho que comemoraram os seus aniversários recentemente, e que passamos a enunciar:

- A Associação dos Reformados de Alcochete, fundada a 14 de julho de 1982, pelo seu quadragésimo terceiro aniversário;
- A Associação Alcochete Aktivo, fundada a 15 de julho de 2011, pelo seu décimo quarto aniversário;
- A Associação de Sevilhanas Rocieras de Alcochete, fundada a 18 de julho de 2009, pelo seu décimo sexto aniversário;
- O Rancho Folclórico “Os Camponeses de São Francisco”, fundado a 30 de julho de 1965, pelo seu sexagésimo aniversário;
- O Grupo Desportivo Alegria e Trabalho da Barroca d’Alva, fundado a 01 de agosto de 1953, pelo seu septuagésimo segundo aniversário;

- “Os Canitos” – Associação de Proteção de Animais Abandonados de Alcochete, fundado a 12 de agosto de 2004, pelo seu vigésimo primeiro aniversário;
- A Associação Desportiva Samouquense (ADS), fundada a 15 de agosto de 1965, que comemorou o seu sexagésimo aniversário;
- O Núcleo Sportinguista de Alcochete, fundado a 18 de agosto de 1995, pelo seu trigésimo aniversário;
- O Aposento da Barrete Verde de Alcochete, fundado a 20 de agosto de 1944, pela comemoração do seu octogésimo primeiro aniversário;
- A Andante Associação Artística, fundada a 21 de setembro de 1999, pelo seu vigésimo sexto aniversário.»

Submetida à discussão, não se registaram-se intervenções.

Submetido à votação, o Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.

- Mafalda Catalão, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Louvor “Às corporações de Bombeiros Voluntários e Sapadores”:

«Os eleitos da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal vêm por este meio apresentar um sentido voto às corporações de Bombeiros Voluntários e Sapadores, nacionais e internacionais, que combateram heroicamente os fogos que nos voltaram a assolar.

Segundo dados do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), estima-se que entre 1 de janeiro e 31 de agosto, do presente ano, tenham deflagrado 7042 fogos que consumiram mais de 254 mil hectares de área, sendo o ano de 2025 considerado como o terceiro pior de sempre em termos de área ardida até 31 de agosto.

Os Bombeiros Voluntários de Alcochete foram mais uma vez chamados a estar presente nesta calamidade, honrando o lema “Vida por Vida”, e desta vez sofrendo um rude golpe, pois como é do conhecimento geral, uma das viaturas do nosso corpo de bombeiros foi totalmente consumida pelas chamas, durante as operações de combate ao incêndio florestal em Sirarelhos, no concelho de Vila Real, felizmente a segurança pessoal foi assegurada. Mais uma vez, manifestamos o nosso profundo reconhecimento e agradecimento, em nome do concelho.

Queremos também deixar uma palavra de apreço a todos, anónimos e organizações, que mais uma vez se disponibilizaram a doar e também a transportar mantimentos e bens de primeira necessidade a todos os nossos heróis.

Solicita-se à presente Assembleia Municipal, reunida ordinariamente a 18 de setembro de 2025, que vote este Voto e que remeta como forma de agradecimento para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete.»

Submetido à discussão não se registaram intervenções.

Submetido à votação, o Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.

– Diogo Mourão, bancada do PS

Apresentou a seguinte Moção “46 anos de SNS – Honrar o passado e garantir o futuro!”

«O Serviço Nacional de Saúde (SNS) foi aprovado a 15 de setembro de 1979, com os votos favoráveis do Partido Socialista, do PCP, da UDP e do deputado independente Brás Pinto, e com a direita parlamentar da época – PSD e CDS – a opor-se frontalmente à criação de um serviço universal, geral e tendencialmente gratuito. A proposta tinha sido apresentada pelo então

Ministro dos Assuntos Sociais, António Arnaut, que foi apelidado de o “pai” do SNS, num momento histórico que materializou a promessa constitucional do direito à saúde para todos.

Ao longo destas mais de quatro décadas e meia, o SNS transformou profundamente a vida do povo português, como prova disso são os inúmeros dados, tais como:

- A queda drástica da mortalidade infantil, que passou de cerca de 24 óbitos por cada mil nados-vivos em 1979 para menos de 3 na atualidade, colocando Portugal entre os melhores do mundo neste indicador;
- A esperança média de vida, que aumentou em mais de uma década, fruto do acesso generalizado a cuidados de saúde e da evolução tecnológica;
- As milhões de consultas, cirurgias, tratamentos oncológicos e programas de vacinação que foram assegurados pelo SNS, sem discriminação entre ricos e pobres;
- A expansão da rede hospitalar e de centros de saúde, garantindo cobertura em praticamente todo o território nacional.

Estes resultados não são apenas resultado da evolução científica e tecnológica, pois sem o carácter público, universal e solidário do SNS seriam impossíveis de atingir.

Nestes 46 anos de vida, honramos e elogiamos sempre o Serviço Nacional de Saúde, no entanto não podemos deixar de manifestar uma profunda preocupação pelos tempos atuais, pois nos últimos anos temos assistido a uma degradação deste Serviço de importância fulcral para o nosso país e para a nossa região em particular.

Atualmente, vamos assistindo, por diversos motivos e um pouco por todo o país, à falta de profissionais no SNS, ao fecho de serviços e à centralização

dos mesmos em unidades mais distantes, a retrocessos e a falhas da governação graves, que têm impactado negativamente a nossa Península de Setúbal, nomeadamente nos serviços de urgência pediátrica e de ginecologia e obstetrícia. Nos últimos dois anos, dezenas de mulheres tiveram partos em ambulâncias devido à falta de resposta hospitalar na nossa região, ou foram obrigadas a deslocações demoradas para outras regiões do país – um sinal claro de falência de organização e planeamento.

Não desculpabilizando os anteriores Governos, a verdade é que a situação se tem agravado e a atual Ministra da Saúde, Ana Paula Martins, tem-se revelado incapaz de dar resposta a esta situação, limitando-se a discursos de circunstância e a promessas de planos que depois não vemos serem cumpridos, como o caso da urgência de obstetrícia do Hospital Garcia da Horta que segundo a ministra iria funcionar em pleno no dia 1 de setembro, mas que afinal, ao dia de hoje, ainda não se encontra em pleno e nem consequências dessa e outras falhas existem.

Sendo o Serviço Nacional de Saúde uma das maiores conquistas da democracia portuguesa, que nos seus 46 anos mostra a diferença entre um país desigual e um país que quer garantir dignidade a todos, é necessário exigir investimento, respeito pelos profissionais de saúde e coragem política para enfrentar os problemas.

Honrar o SNS é defendê-lo de cortes, promessas vazias e da indiferença política que o coloca em risco, é indispensável deliberar que o Governo:

- Voltar a investir nas unidades de saúde de cuidados primários e intermédios, de forma a aliviar a pressão nos hospitais;
- Ouça os conselhos de administração dos hospitais, bem como os sindicatos de todos os profissionais que desempenham funções no SNS;
- Valorize as carreiras de todos os profissionais do SNS;
- Aumente de forma progressiva o investimento no SNS;
- Prossiga com o objetivo de todos os utentes inscritos terem médico de família atribuído.

Solicita-se à presente Assembleia Municipal, reunida ordinariamente a 18 de setembro de 2025, que esta Moção seja votada e remetida para o Ministério da Saúde, endereçada à Exma. Sr.^a Ministra da Saúde, Ana Paula Martins, ao Sr. Primeiro-ministro e às bancadas parlamentares com assento na Assembleia da república.»

Submetido à discussão, não se registaram intervenções.

Submetido à votação, Moção foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (15 do PS, 5 da CDU e 2 do CDS-PP) e 1 abstenção do PSD.

– Ana Luisa Lourenço, bancada da CDU

Apresentou a seguinte Moção “Uma machadada na prestação de cuidados de saúde na Península de Setúbal”:

«O processo de destruição do Serviço Nacional de Saúde (SNS) desencadeado nos últimos anos com o encerramento dos serviços de urgência, maternidades, centros de saúde, serviços de atendimento permanente, implementação e agravamento de taxas moderadoras, criação das parcerias público-privadas, agravou-se drasticamente a pretexto da aplicação do programa de assistência financeira a Portugal.

O GOVERNO ANUNCIA MAIS UMA MACHADADA NA PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE NA PENÍNSULA DE SETÚBAL. Concentração de serviços é incompreensível, inqualificável, inaceitável e cobarde. As declarações, de ontem à tarde, na Assembleia da República, em sede de audição na Comissão Parlamentar de Saúde, da Ministra da Saúde do Governo PSD/CDS representam uma grave evolução no ataque continuado de que o SNS tem vindo a ser alvo. O anúncio da concentração das Urgências de Obstetrícia no Hospital Garcia de Orta em Almada, tendo como pretexto próximo o encerramento, no passado fim de semana de todas as urgências de

Obstetrícia, deixando a região sem atendimento, poucas semanas depois do Primeiro-ministro ter anunciado que os problemas estavam resolvidos e da própria Ministra ter informado que a solução estava encontrada com a contratação de uma equipa permanente para o Hospital Garcia de Orta, é incompreensível, inqualificável, inaceitável e além do mais, cobarde. Incompreensível, porque, como a própria Ministra admitiu na audição, o Hospital Garcia de Orta não tem capacidade para assegurar o serviço de urgências de toda a região e a solução de ter o Hospital de S. Bernardo, em Setúbal a receber casos referenciados pelo SNS 24 e pelo INEM levará a uma desvalorização do serviço que vai fazer os médicos do Hospital de Setúbal e do Hospital do Barreiro procurarem outras colocações, não garantindo por isso solução para os problemas que hoje estão colocados. Incompreensível ainda, porque a solução apresentada para esta dificuldade é a construção de um Centro Materno-Infantil, no perímetro do Hospital Garcia de Orta, obra que ainda nem está projetada e que a Ministra reconhece poder vir a demorar 2 ou 3 anos, ou mais a entrar em funcionamento. Um anúncio inqualificável, pois o que prevê é deixar as grávidas exatamente na mesma situação, sem garantia de serviço, com a agravante de, expressamente a Ministra ter insistido na opção de não contratar mais médicos, querendo fazer mais serviço com os médicos que hoje já não chegam para as encomendas. Inqualificável, porque assume expressamente que as grávidas do Litoral Alentejano vão ter como única maternidade de referência a situada no Pragal, concelho de Almada, distando algumas mais de uma hora de caminho, se não houver dificuldades no acesso da A2 a Almada.

Um anúncio cobarde, porque não assume com clareza a intenção de encerrar serviços, no Hospital do Barreiro, no imediato e no de Setúbal a prazo, como é, verdadeiramente a sua intenção. A CDU não pode deixar de responsabilizar o PS, os seus Governos e os Presidentes de Câmara pelo seu silêncio cúmplice face aos encerramentos intermitentes de serviços no Hospital do Barreiro que apenas serviriam para preparar este caminho. Um anúncio, por todas as razões, inaceitável. A CDU, que sabe que agora é o Serviço de Obstetrícia no Barreiro e em Setúbal e amanhã serão outros, como antes foram outros no Hospital do Montijo, opor-se-á firmemente a tal caminho e desde já

responsabiliza o Governo PSD pelas consequências que estas medidas venham a ter.

A continuidade destas políticas permite-nos antecipar que o resultado final será a destruição das características essenciais do Serviço Nacional de Saúde, com a brutal redução da prestação de cuidados de saúde e, por consequência, o aumento das desigualdades no acesso ao direito à proteção na saúde.

A CDU apela às populações para que façam ouvir a sua voz contra mais esta machadada no seu direito à saúde.

Apresentar esta Moção aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e ao Ministério da Saúde.»

Submetido à discussão, registou-se as seguintes intervenções:

– José Tavares, bancada do PS

Referiu que saudava os 46 anos do SNS, dado que foi um bem muito grande para a população e permitiu que todos tivessem acesso à saúde, ricos e pobres e, que fosse unicamente exclusiva dos ricos, que podem recorrer aos hospitais privados.

Já nos socorremos de forma muito positiva do SNS na altura da pandemia, dado que foi basicamente o SNS que ocorreu a todos nós, ficando os hospitais privados um pouco de lado e recentemente aquando do incidente do elevador da Glória em Lisboa foi o SNS que tratou das pessoas ficaram acidentadas. É claro que a situação não é perfeita, como fala a Moção apresentada pela CDU, nomeadamente no distrito de Setúbal, sendo facto que estamos a sofrer consequências gravosas com o encerramento de várias unidades, mormente pelo encerramento dos serviços de urgência da obstetrícia, situação que não satisfaz a população do distrito.

Considera que a falta de meios não é da culpa dos Governos PS ou dos governantes das câmaras municipais, é um problema nacional, porque não existem profissionais de saúde para atender a todas as necessidades e, assim sendo, deverá ser feito algo. Na sua opinião não havendo médicos, terá de os ir buscar onde eles existem, que é ao serviço privado, possivelmente com a realização de parcerias, no sentido de resolver as necessidades. É essencial que sejam tomadas ações sérias para resolver este problema, no sentido de não se deixar “morrer” o SNS, porque é um serviço indispensável, como já foi provado em várias situações.

– Diogo Mourão, bancada do PS

Como o último parágrafo da Moção refere que “...A CDU não pode deixar de responsabilizar o PS, os seus Governos e os Presidentes de Câmara pelo seu silêncio cúmplice face aos encerramentos intermitentes de serviços no Hospital do Barreiro que apenas serviriam para preparar este caminho”, mencionou que pelo que foi noticiado nos órgãos de comunicação social, os presidentes de Câmara PS sempre se opuseram aos encerramentos intermitentes, e, assim sendo, questionou em que se baseia a CDU para referir esse facto, questionado também o senhor presidente de câmara se está em silêncio com esta situação.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Asseverou que a Moção incide fundamentalmente sobre a situação atual do nosso distrito, contudo a situação dos encerramentos não se iniciaram há 1 ano ou há 1 ano e meio, foi há mais tempo, sendo que se tem vindo a agravar, pelo que em termos políticos o Partido Socialista não pode estar isento de responsabilidade, porque os problemas começaram com o seu Governo e com a sua Ministra da Saúde. Tem consciência que o objetivo do Partido Socialista não é o objetivo nem do CDS-PP, nem do PPD-PSD, nem das forças de direita, mas o que é certo é que as questões se começaram a degradar nessa altura e chegamos agora a este ponto. Considera que a Moção refere apenas uma

constatação, porque não foi o atual Governo que encerrou os serviços, já vinham de anteriores Governos.

- Diogo Mourão, bancada do PS

Afirmou que o deputado acabou por não responder à sua questão e que mesmo na altura dos Governos centrais do PS, os presidentes de câmara do PS não ficaram em silêncio, podendo mostrar diversas notícias em que a situação foi discutida em reuniões de câmara, onde foram efetuados comunicados.

- Álvaro Costa, bancada da CDU

Referiu que nem todos.

- Presidente da assembleia

Mencionou que bastava ir ver as reuniões de câmara, dado que são públicas e estão gravadas na *internet*, para saber se foram apresentados comunicados ou moções sobre o tema.

Referenciou que só vê fechar hospitais na margem sul e em Lisboa, do Tejo para cima não se ouve notícias dos hospitais a fechar ao fim-de-semana, porque provavelmente a questão é outra, questionando porque no Porto e em Coimbra os hospitais não fecham, dado que SNS é o mesmo. Na sua opinião, é porque na grande Lisboa existe uma concentração elevada de hospitais privados que oferecem melhores condições aos médicos e eles saem do público para o privado, sendo que é o Governo que passa as licenças aos hospitais privados, consistindo esse, possivelmente, o problema da grande Lisboa.

Submetida à votação, a Moção foi aprovada por maioria, com 8 votos a favor (3 do PS e 5 da CDU), 14 abstenções (11 do PS, 2 do CDS-PP e 1 do PSD) e 1 voto contra do PS.

Diogo Mourão apresentou a seguinte declaração de voto, em seu nome:

«Votei contra esta Moção, não porque não estou a favor do SNS, como aliás se viu na minha última intervenção, mas sim porque a Moção contém aspetos que eu não concordo e que não foram justificados.»

Seguidamente, o presidente da assembleia propôs a realização de intervalo por um período de 5 minutos, o que foi aceite.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 –INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A assembleia tomou conhecimento.

PONTO 2 - DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO, A INTEGRAR O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL, PARA CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Proposta aprovada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal de 25/05/2025:

«Em reunião de 16 de abril de 2025, a câmara municipal deliberou aprovar a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal, de uma

parcela de terreno com a área de 732,00 m², sita na rua da Amoreira, em São Francisco, bem como remeter a mesma para consulta pública.

Tendo-se procedido à publicação do Edital n.º 99/2025, não foram apresentadas quaisquer reclamações.

Assim proponho:

1. Que seja deliberado considerar desafetada do domínio público, em definitivo, para o domínio privado municipal, a referida parcela de terreno;
2. Que seja enviada à Assembleia Municipal para deliberação, ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º do mesmo diploma legal.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

– Presidente da câmara

Informou que na reunião de câmara datada de 16 de abril do presente ano, foi deliberado a desafetação do domínio público para o domínio privado de uma parcela de terreno sita em São Francisco, nomeadamente na rua da Amoreira com uma área de 732,00m² e a sua submissão para consulta pública. Procedeu-se à publicação em formato de edital, não tendo sido apresentadas reclamações. Esclareceu que é apresentada agora à Assembleia Municipal, porque no âmbito do loteamento feito à data, as cedências ocorriam diretamente para o domínio público, estando-se a falar de cedências de terreno para implementação de equipamentos públicos. Atualmente, as cedências já são efetuadas diretamente para o domínio privado municipal, mas ainda existia esta parcela que se encontrava no domínio público e, portanto, existe esta necessidade de transportá-la para o domínio privado municipal.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor (15 do PS, 5 da CDU e 1 do PSD) e 2 abstenções do CDS-PP.

**PONTO 3 - PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A
“EMPREITADA DA 1.ª FASE DA REQUALIFICAÇÃO DO
CAMPO DE FUTEBOL 11 DO PASSIL” – PROCESSO I-
03_25/CP – ALTERAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO
NO PPI – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS**

Proposta aprovada por unanimidade, na reunião da Câmara Municipal de 06/08/2025:

1. «Dado o prazo de execução da empreitada em assunto ser de 270 (duzentos e setenta) foi necessário proceder à repartição de encargos, para os anos de 2025 e 2026, não prevista no início do procedimento.

A referida repartição de encargos foi aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 20 de junho de 2025.

2. A plurianualidade entretanto assumida altera também a fonte de financiamento da empreitada em apreço, dada conciliação dos prazos da obra e da candidatura no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR na Operação Integrada Local – Bairro do Passil).
3. Em função do exposto é necessário alterar o PPI – Plano Plurianual de Investimentos no GOP 2 4 2009/ Ac.47/4 Requalificação do Campo de Futebol 11 – Passil, aprovado em reunião de Câmara Municipal de 20 de novembro de 2024 e sessão da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2024, nas Fontes de Financiamento com as seguintes percentagens:

Financiamento da EU – 75,79%

Receitas próprias – 24,21%

Assim proponho, submeter à aprovação do órgão executivo:

1. A alteração do PPI – Plano Plurianual de Investimentos no GOP -2 4 2009/ Ac.47/4 Requalificação do Campo de Futebol 11 – Passil, nas fontes de financiamento com as seguintes percentagens:

Financiamento da EU – 75,79%

Receitas próprias – 24,21%

2. O envio da presente deliberação à Assembleia Municipal nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

- Presidente da câmara

Informou que houve a necessidade de contratar o procedimento em meados de janeiro do presente ano, foi publicado na plataforma da contratação pública no final do referido mês, pelo que se estimava que o procedimento da formação do contrato estivesse concluído em finais do mês de fevereiro. O espaço temporal para a execução da empreitada a concurso é de 270 dias e ocorreria durante o ano de 2025, contudo em face das vicissitudes do procedimento de formação do contrato e com o cumprimento das prazos necessários às formalidades legais, só foi possível celebrar o contrato a 5 de maio de 2025 e, assim, perante a nova realidade e sendo o contrato sujeito a visto do Tribunal de Contas, vem agora este ordenar a alteração das fontes de financiamento da empreitada no Plano Plurianual de Investimentos, sendo isso que a presente proposta apresenta, financiamento na União Europeia em 75,79% e depois por via das receitas próprias em 24,21%.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Ana Brandão, em nome da CDU, apresentou a seguinte declaração de voto:

«Votamos a favor, por ser uma obrigatoriedade decorrente do processo. No entanto, o facto da obra ser concluída no próximo ano, devido a atraso da empreitada, faz com que o financiamento do PRR não seja a 100%. Assim, a Câmara terá de financiar parte da obra.

Estes atrasos, nas empreitadas, têm de ser evitados a todo o custo, para evitar gastos desnecessários por parte da CMA.»

PONTO 4 - 4.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, AO ORÇAMENTO DA DESPESA E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR'S) DE 2025

Proposta aprovada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal de 03/09/2025:

1. «A quarta revisão ao Orçamento da Receita reforçou rubricas no montante de €99.858,00 e anulou rubricas no valor de €21.291,00 apresentando um saldo positivo de €78.567,00;
2. A quarta revisão ao Orçamento da Despesa reforçou rubricas no montante de €78.567,00 registando um saldo positivo no mesmo valor;
3. A quarta revisão às Grandes Opções do Plano, apresenta uma modificação com o saldo de €78.567,00 que se reflete no Plano Plurianual de Investimentos e nas Atividades Mais Relevantes;
4. O Plano Plurianual de Investimentos procedeu à criação e reforço de rubricas perfazendo um saldo de €77.845,00;

5. As Atividades Mais Relevantes procederam à criação e reforços perfazendo um saldo de €722,00.

Assim proponho:

1. A quarta revisão ao Orçamento da Receita reforçou rubricas no montante de €99.858,00 e anulou rubricas no valor de €21.291,00 apresentando um saldo positivo de €78.567,00;
2. A quarta revisão ao Orçamento da Despesa reforçou rubricas no montante de €78.567,00 registando um saldo positivo no mesmo valor;
3. A quarta revisão às Grandes Opções do Plano, apresenta uma modificação com o saldo de €78.567,00 que se reflete no Plano Plurianual de Investimentos e nas Atividades Mais Relevantes;
4. Que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal para aprovação.

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

- Presidente da câmara

Referiu que esta 4.^a Revisão ao Orçamento da Receita, naturalmente com impacto no Orçamento da Despesa e nas Grandes Opções do Plano deve-se, fundamentalmente, pela necessidade de se abrir uma rubrica em PPI, tendo em conta a aquisição de um veículo elétrico que a câmara municipal está a preconizar, no âmbito de uma Candidatura ao Fundo Ambiental, sendo que no âmbito da Receita surgiu a necessidade de se abrir uma rubrica denominada “Terrenos”, estando-se a falar de um terreno situado na rua Padre Francisco António Ferreira e na rua Ary dos Santos, ambos em Alcochete, por via da

venda de 2 parcelas de terreno diminutas com confinamento para propriedade privada.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

**PONTO 5 - PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA
“AQUISIÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE
MICROSOFT PARA OS ANOS DE 2026, 2027 E 2028” –
ENCARGOS PLURIANUAIS – RETIFICAÇÃO À PROPOSTA
DAGR 44/2025**

Proposta aprovada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal de 03/09/2025:

«Considerando que:

1. Na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 11 de junho, de 2025 e da sessão da Assembleia Municipal de 20 de junho, de 2025, em que foi deliberado o “Procedimento de Concurso Público para “Aquisição de Licenciamento de *Software Microsoft* para os anos de 2026, 2027 e 2028” – Encargos Plurianuais”, torna-se necessário proceder à correção dos respectivos valores, em virtude da necessidade de aumentar o número de licenças;
2. Nesse seguimento, é necessário proceder-se à correção abaixo apresentada, de modo que sejam assumidos compromissos de despesa que exigem necessariamente compromissos plurianuais:

Ano	Inicial	Corrigido
2026	142 648,20	150 122,20
2027	142 648,20	150 122,20
2028	142 648,20	150 122,20

Total	427 944,60	450 366,60
-------	------------	------------

3. A assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas na alínea b), do artigo 3.º e na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Assim propõe-se:

Que a câmara municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º e do artigo 24.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea b), do artigo 3.º e alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, submeter à apreciação da Assembleia Municipal a Prévia Autorização de Compromissos Plurianuais para os Anos Económicos de 2026, 2027 e 2028, dos novos valores, referente à “Aquisição de Licenciamento de *Software Microsoft* para os anos de 2026, 2027 e 2028”, no valor estimado de €450.366,60 acrescido do IVA repartidos da seguinte forma:

2026 - €150.122,20;
2027 - €150.122,20;
2028 - €150.122,20.»

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da assembleia

Relembrou os deputados que esta questão já tinha sido votada na anterior assembleia municipal e agora só é apresentada para retificação.

- Presidente da câmara

Explicou que havia a necessidade de aumentar o número de licenças de *software* da *Microsoft* e, por isso, a exigência de retificar a proposta que inicialmente foi apresentada e aprovada.

- Álvaro Costa, bancada da CDU

Afirmou que estas matérias se integravam dentro dos serviços que a Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) desenvolvia, sendo que estas propostas eram mais vantajosas para os municípios quando estes concorriam em conjunto. Julga que do valor de cerca de €450.000,00, um terço poderia ser evitado se a proposta fosse apresentada pela AMRS, tendo em conta que todos os municípios da região têm estas necessidades. O município de Alcochete entendeu sair da AMRS e na altura deu a sua opinião e agora está a falar desta matéria, como poderia falar de outros temas que eram abrangidos e se inseria no trabalho que a associação fazia e continua a fazer, infelizmente, com mais dificuldades.

- Presidente da câmara

Asseverou que desde que o atual executivo se encontra em funções, há cerca de 8 anos, nunca a AMRS fez qualquer trabalho sobre licenciamento de matérias tecnológicas, como sejam as licenças de *Microsoft*.

- Presidente da assembleia

Realçou que se está a falar de postos de trabalho, e assim sendo, para se poder ter o *software* da *Microsoft* não se tem de pagar à AMRS, mas sim à *Microsoft*.

- Álvaro Costa, bancada da CDU

Esclareceu que a sua intervenção é um complemento da intervenção que efetuou quando foi discutida a saída do município de Alcochete da AMRS,

relembrando que quando pertenceu ao Conselho de Administração da AMRS as licenças de *software* no que dizia respeito à informática, eram adquiridas em pacotes conjuntos de todas as autarquias às empresas, traduzindo-se num benefício forte para os municípios.

- Inês Seabra, bancada do PS

Afirmou que o licenciamento da *Microsoft* para qualquer pessoa trabalhar é adquirido à *Microsoft*, mesmo a título particular a licença é comprada a esta empresa através da aquisição de uma assinatura de pelo menos um ano, sendo que as empresas também têm de adquirir este licenciamento, não tendo nada a ver com AMRS.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Registaram-se as seguintes intervenções:

- José Tavares, bancada do PS

Enalteceu a realização de uma atividade que foi desenvolvida durante o período de férias escolares, pela Junta de Freguesia de São Francisco, nomeadamente dirigida às crianças, intitulada de “Férias sobre Rodas”. Foi uma atividade que mobilizou um conjunto enorme de crianças que já vem sendo um ritual. Mora em São Francisco e presenciou que as crianças se deslocavam de bicicleta, apelando a um meio de transporte ecológico, tendo as mesmas disfrutado de outras atividades.

- Presidente da assembleia

Comunicou que a deputada Patrícia Figueira e o deputado Alexandre Gonçalves lhes fizeram chegar as seguintes mensagens:

– Patrícia Figueira, bancada do CDS-PP

«Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alcochete,

Caro Mário Boieiro,

Muito bom dia,

Pela presente, e na sequência de receção de convocatória para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, que terá lugar a 18 de setembro, venho informar V. Exa. que não poderei estar presente por motivos de ordem profissional.

E por ser a última do presente mandato, quero deixar uma palavra de agradecimento pela forma como dirigiu todas as sessões, com elevação, com o devido distanciamento político sempre que era chamado a pronunciar-se sobre as questões nas quais entendia fazê-lo e com observância das regras do regimento, procurando sempre que fosse mantido o equilíbrio e a equidade entre todas as forças políticas representadas.

Estas palavras são, naturalmente, extensíveis aos membros da mesa, bem como a todos os deputados.

A todos, sem exceção, desejo os maiores sucessos e como sempre termina as assembleias: que sejam felizes!

Muito obrigada.»

– Alexandre Gonçalves, bancada do CDS-PP

«Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alcochete,

Pela presente e na sequência da convocatória para a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal a realizar no próximo dia 18, venho informar V. Exa. que, por compromissos profissionais, não vou poder estar presente.

Por se tratar da última assembleia a realizar durante este mandato, não posso de lhe dirigir uma palavra de apreço e reconhecimento pela forma, sempre, cordata como se dirigiu a todos os elementos da Assembleia Municipal, bem como pelos princípios democráticos e de isenção com que pautou a condução dos trabalhos.

Certo que estou que tal desempenho também se ficou a dever à equipa que o assessorava, não posso, igualmente de deixar uma palavra de apreço para a restante Mesa da Assembleia.

Resta-me desejar, a si, bem como a todos os elementos da Assembleia Municipal e ainda a todos aqueles que permitiram e permitem a sua realização, votos sinceros dos maiores sucessos pessoais, familiares e profissionais.»

Sendo a última sessão do atual mandato, registaram-se as seguintes intervenções, que a seguir se transcreve:

– Ana Maduro, bancada do PS

«Em nome de toda a bancada PS, agradecemos as palavras que foram dirigidas pelos deputados enumerados e deixar o nosso cumprimento a todos os deputados que fizeram parte deste ciclo de 4 anos. Obrigada pelo vosso contributo, nem sempre foi fácil, é verdade, mas saímos daqui sempre melhores, com a sensação de que fizemos alguma coisa de bem pela nossa terra. Agradecemos também, o empenho que teve a mesa, o senhor presidente e os assessores, assim como o executivo camarário e os vereadores que nos acompanharam. O nosso muito obrigado por estes 4 anos.»

– Álvaro Costa, bancada da CDU

«Nesta legislatura é a última reunião, muitos de nós na próxima não estaremos e eu quero também da minha parte e da parte de todos que aqui estamos, agradecer sempre a atenção com que nos ouviram, nem sempre com serenidade, mas sempre com intuito da melhoria das condições do nosso trabalho e do trabalho em prol das populações. Para aqueles que vão possivelmente continuar, felicidades, muita saúde e que continuem a pugnar pelos interesses do nosso concelho. Para aqueles que deixam de ser, felicidades para a sua vida em casa, no emprego, nos seus hobbies e aproveitem o tempo, porque há momentos para tudo e o tempo não pára e quando olhamos para trás há coisas que não fizemos, pelo que, interroguem-se, que é para não deixarem ficar nada para trás, porque há momentos para fazer tudo. Saúde para todos.»

– Andreia Sousa, bancada do PP-PSD

«Faço também minhas, as palavras dos deputados, nem sempre foi fácil, divergimos em muita coisa, mas no final do dia, acho que temos de pensar que estamos aqui todos a pensar no que achamos ser melhor para Alcochete. Uns pensam que se faz de uma forma, outros pensam que se faz de outra forma, mas no final do dia penso que concordamos que estamos aqui a abdicar do nosso tempo pessoal, do nosso tempo com as famílias em casa para um Alcochete melhor, para melhorarmos o que há para melhorar em Alcochete. Os melhores sucessos pessoais e profissionais para todos que aqui estão e boa sorte a quem vai continuar no próximo mandato.»

– João Espiga, bancada do PS

«Quero dar uma palavra de reconhecimento ao senhor presidente da assembleia, à respetiva mesa pelo empenho e dedicação que foram cruciais para o bom funcionamento e pelo esforço que sempre demonstraram em que a

assembleia funcionasse muito bem. Estendo também os meus parabéns ao executivo, dizer que a vossa liderança e visão foram determinantes para o progresso do nosso concelho. Aos colegas de bancada, o meu muito obrigado, dizer que a união e a colaboração que sempre demonstramos foram a nossa maior força, foi uma honra partilhar este percurso convosco. Por fim, uma palavra às restantes bancadas, desejo-vos as maiores felicidades para os próximos desafios e que o espírito democrático continue a guiar-nos a todos.»

– Diogo Mourão, bancada do PS

«Os meus colegas já disseram quase tudo, mas como eu sou um dos membros mais ativos, agradecer por mais estes 4 anos e para quem nos vê em casa explicar que o que se passa aqui não tem nada de pessoal, o debate político não tem nada de pessoal, nós quando nos vemos na rua cumprimentamo-nos e tudo mais, portanto, agradecer estes 4 anos. Para quem irá continuar serão mais 4 anos, para quem termina aqui este ciclo da assembleia municipal, as maiores felicidades para o futuro em termos profissionais e pessoais e também agradecer à Mesa e ao Executivo que esteve aqui presente durante estes 4 anos e também a quem nos foi aturando lá em casa em algumas sessões com bastante persistência até altas horas da madrugada e, portanto, queria só deixar esta nota. Obrigado.»

– Presidente da câmara

«Senhor presidente, permitam-me fazer aqui uma reflexão, envolvendo, naturalmente, todas e todos e, particularmente, a mesa liderada por si num trabalho que nem sempre foi fácil de concretizar, muito por força das circunstâncias políticas do momento, das divergências, do calor da discussão que eu julgo que é próprio, é natural. Não tive oportunidade de verificar faltas de respeito, enfim, há divergências, há calor na discussão, mas acontece em todo o lado e aqui julgo que fomos um bom exemplo, ao contrário daquilo que acontece na casa maior da nossa democracia, nomeadamente, na Assembleia da República e, portanto, congratulo-me pelo caminho que todos fizemos e

acredito que cada um daqueles que aqui se encontram traz num cantinho do coração este concelho, mais aquela freguesia, menos aquela freguesia, mas do concelho no seu todo. Lembrar que todos somos filhos de Abril, todos somos filhos da democracia, todos somos filhos do Poder Local que tantas vezes é maltratado muito por nossa culpa também. Eu quando digo nossa estou a falar dos políticos e, portanto, recordar que a democracia, como sempre disse, é como se fosse uma flor, que nós temos que a tratar todos os dias, temos que lhe dar água para ela não morrer à sede, temos que lhe dar substrato para ela poder estar rejuvenescida, temos que arrancar os espinhos, temos que arrancar folhas que vão ficando velhas e caducas, pelo que, se não tratarmos da democracia levamos o nosso país e, conseqüentemente, o nosso concelho para locais onde nenhum de nós quer seguramente regressar e, portanto, com a humildade que me caracteriza, pedir desculpa às senhoras e aos senhores deputados por alguma afirmação, por alguma atitude que ao longo destes últimos 4 anos tenha tido e que tenha ferido de suscetibilidade cada um de vós. Dizer que é um privilégio honrar os pergaminhos do Poder Local, é um privilégio ser filho da democracia e, mais importante que tudo isso, representar a minha terra e a minha gente e por isso, senhor presidente, muito obrigado a si e à mesa e a todas as bancadas, independentemente da ideologia política de cada um, estou em crer que é mais aquilo que nos une, do que aquilo que nos separa e aquilo que nos une, não tenho absolutamente nenhuma dúvida que é o concelho de Alcochete, por isso bem-haja a todos. Muito obrigado.»

– Presidente da assembleia

«Resta-me a mim encerrar esta fase das declarações. Eu quero recordar a alguns, a outros que são novos, porque é o primeiro ciclo, se hoje acham que é complicado e difícil a realização de uma assembleia, eu quando entrei na assembleia, há 8 anos, saía daqui às 5 da manhã e às vezes ficávamos para o dia seguinte, aí sim, era muito complicado. Não é que se passasse nada de anormal, as discussões é que eram muito acesas, mas discutir é fazer avançar as coisas. Se nós estivermos aqui todos a partilhar da mesma opinião, com certeza que não se ia a lado nenhum, portanto, é do debate, é da discussão, da

crítica que o mundo avança e é isso que nós fazemos aqui, há uns que de vez em quando se exaltam, aquecem, mas isso faz parte da discussão do momento, nós fazemos isso lá fora e aqui não somos outras pessoas. Se eu às vezes levanto a voz, peço desculpa, mas quando o faço é para tentar pôr a ordem, porque senão, às vezes é difícil colocar as coisas no rumo certo. Portanto, a quem o fiz, peço desculpa, quem me conhece lá fora, sabe que não é a minha forma de estar e de ser, mas puseram-me neste lugar, não os leitores, mas vocês, ninguém concorre a presidente da assembleia e, portanto, aqui enquanto estiver tentarei que os trabalhos se desenrolem da melhor maneira possível. Não sei se estarei cá para a próxima, poderei estar aí sentado, também valorizo o trabalho de quem está aí sentado, não é isso que me faz pensar de maneira diferente. Dizer que tentei sempre de forma isenta desempenhar o meu papel. Eu tive arrelias com a minha bancada, porque achava que não estava a ser isento, tive arrelias com as outras bancadas, tive arrelias com todas as bancadas e se tenho é porque não agrado a nenhuma, é porque sou isento, porque não se agrada. Se chamo à atenção dos vereadores é porque os vereadores têm um palco onde podem falar e debater, que é as reuniões de câmara, portanto dizer que de vez em quando se me exaltei foi para que parassem. Agradeço por me terem colocado neste lugar e desculpem aqueles que eu às vezes tentava corrigir para que não continuássemos a discutir uma coisa que já estava mais que discutida, mas nunca o fiz para evitar o debate, porque eu sou acusado de deixar as pessoas falar demais, mas aqui é onde nós devemos falar, não é na rua, não é no *Facebook*, é aqui e, portanto, se temos dúvidas, se temos diferenças é aqui que temos que falar, não ir para a rua depois dizer que é isto ou aquilo, é aqui onde fica gravado e sobre isso, congratulo-me porque foram as pessoas que aqui estão, que no mandato anterior resolveu pôr as sessões *online* e ainda bem que o fizeram, isto é transparência, isto é chegar às pessoas que podem ou não ter motivação para nos assistir, mas pelo menos no dia a seguir, ninguém pode dizer que dissemos uma coisa diferente. Está gravado, está disponível e, portanto, ainda bem que isto foi feito. Agradeço à Câmara porque é ela que paga este serviço e por se ter disponibilizado para o fazer.

Meus amigos, a quem não continua, porque obviamente, nós dependemos dos votos e não do querer ou não querer, agradeço tudo aquilo que fizeram, acreditando que foi com a melhor das intenções e porque gostam desta terra, tenham ou não nascido em Alcochete, dado que não é o ter nascido que nos faz mais ou menos, é as nossas ações, as nossas práticas que demonstram se nós gostamos ou não gostamos desta terra, portanto todos que vierem por bem, são bem-vindos, não há diferença entre cá nasceu e não nasceu.

O mundo hoje é global, não vamos fazer a nossa terrinha uma cela no meio deste mundo global. Portanto, a todos agradeço a atenção, agradeço terem me aturado, porque às vezes também acredito, eu não sou perfeito, senão era chato, ser perfeito é chato e, portanto, agradeço a quem vem e quem continua, que continue com a perseverança e com a defesa da nossa terra. Haverá momentos complicados no futuro, haverá a habitação que é um tema extremamente complexo e delicado. Ninguém tem a varinha de condão, a Europa sofre com isso, portanto não é algo de Alcochete, se fosse de Alcochete nós conseguíamos resolver, há muitas medidas do Governo que dão cabo da habitação, dado que elas foram anuladas e este Governo resolveu introduzi-las, que é dar isenção de impostos a quem vem viver para aqui reformado. Não tenho nada contra, mas isso faz com que a habitação suba de preço, onde essas pessoas têm um poder compra, que nós não temos, não pagam impostos e, portanto, este Governo voltou a dar essa benesse, que tinha sido retirada para tentar controlar a habitação. Nós temos os preços que temos, provavelmente, alguma coisa falha nas Leis que nós criamos neste país.

A todos desejo as maiores felicidades em termos profissionais, pessoais e em termos de saúde. Que sejam felizes.»

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 00:37 horas, o presidente da assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Sofia Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A TÉCNICA SUPERIOR,